



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1847801 - MG (2019/0335885-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : MAURO GUILHERME CINTRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**CORRÉU** : WELINGTON NASCIMENTO CASTRO

### EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. FURTOS QUALIFICADOS CONSUMADO E TENTADO. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. NÃO RESTITUIÇÃO DO BEM FURTADO. ELEMENTO ÍNSITO AO TIPO PENAL. AFASTAMENTO. NECESSIDADE. REDIMENSIONAMENTO DA REPRIMENDA. MEDIDA QUE SE IMPÕE. RECUSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MAURO GUILHERME CINTRA, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais na Apelação Criminal n.º 1.0287.17.004289-2/001.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou o Recorrente às penas de 4 (quatro) anos, 9 (nove) meses e 5 (cinco) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 24 (vinte e quatro) dias-multa, no mínimo legal, como incurso nos arts. 155, § 4.º, inciso IV, e 155, § 4.º, inciso IV, c.c. o art. 14, inciso II, na forma do art. 71, todos do Código Penal (fls. 168-187).

Irresignada, a Defesa interpôs apelação, à qual a Corte de origem negou provimento, nos termos da seguinte ementa (fl. 262):

*"APELAÇÕES CRIMINAIS - FURTO QUALIFICADO CONSUMADO E FURTO QUALIFICADO TENTADO - PEDIDOS DE ABSOLVIÇÃO - INVIABILIDADE - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - CONDENAÇÃO MANTIDA - REDUÇÃO, EX OFFICIO, DA PENA-BASE - NECESSIDADE - EQUÍVOCO NA ANÁLISE DE ALGUMAS DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS PREVISTAS NO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. RECURSOS NÃO PROVIDOS. DE OFÍCIO, REDUZIDA AS PENAS DOS APELANTES. 01. Se a materialidade e autoria dos delitos de furto qualificado consumado e de furto qualificado tentado encontram-se sobejamente comprovadas nos autos, mormente pela prova oral e circunstancial, a manutenção do édito condenatório é medida que se impõe. 02. De rigor a redução da pena-base para patamar próximo ao mínimo legal, se a maioria das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal são favoráveis aos agentes.*

*(Des. Rubens Gabriel Soares). - A expedição de guia de execução, nos termos da recente decisão do pleno do Supremo Tribunal Federal, prolatada nos autos do HC 1 26.292/SP, somente deverá ocorrer após o esgotamento de eventuais recursos nesta instância (embargos declaratórios e infringentes). (Des. Furtado de Mendonça)."*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 310-322).

Sustenta a Defesa, nas razões do apelo nobre, afronta ao arts 59 e 68 do Código Penal.

Pondera que não há fundamentação idônea para a exasperação da pena-base do Recorrente no tocante às consequências dos delitos de furto consumado e tentado, porquanto foram utilizados para tal desiderato apenas elementos abstratos ou ínsitos ao tipo penal.

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 336-338). O recurso especial foi admitido (fls. 340-343).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 356-357, opinando pelo desprovimento do recurso especial.

É o relatório.

Decido.

O acórdão recorrido, na parte que interessa, está calcado nas seguintes razões de decidir (fls. 286-292; sem grifos no original):

***"- Delito de furto qualificado consumado (ocorrido no dia 30 de maio de 2017).***

*Na primeira fase, analisando as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, o MM. Juiz Singular considerou como desfavoráveis ao acusado os seus antecedentes criminais e as consequências do delito, nos seguintes termos:*

*'(..) Antecedentes Criminais: possuindo o acusado mais de uma condenação definitiva por crime anterior - exatamente cinco ao todo (certidão de f. 118/119), todas com trânsito em julgado anterior ao fato aqui praticado, tenho que quatro delas podem ser utilizadas para configurar os maus antecedentes, sendo que a quinta prevista servirá para caracterizar a reincidência, descabendo se falar em bis in idem. Desse modo, esta circunstância deve ser valorada em desfavor do réu. (...) As consequências foram graves, afetando inúmeras pessoas que utilizam as vias públicas do referido trevo, de inegável importância para a coletividade.'* (f. 150-verso/151).

*Com essas considerações, a pena-base foi fixada em patamar superior ao mínimo legal, isto é, em três (03) anos e seis (06) meses de reclusão, além do pagamento de dezoito (18) dias-multa, à razão de um trinta avos (1/30) do salário-mínimo vigente ao tempo do fato.*

*A reprimenda não merece reparo.*

*[...]*

*Relativamente às consequências do delito, registro que, conforme já ressaltei anteriormente, o fato de a res furtiva não ter sido restituída é circunstância que deve ser considerada em desfavor do autor da infração penal, sobretudo porque a perda do patrimônio não é elemento imprescindível para a caracterização do delito de furto, já que exige a Lei apenas a 'subtração da coisa alheia móvel', conforme exegese do art. 155 do CP.*

*Deste modo, entende-se que, no presente caso - justamente em razão de*

***a res furtiva não ter sido reintegrada ao patrimônio público - as consequências do delito podem e devem ser sopesadas em desfavor do apelante, de modo que a pena-base aplicada pelo MM. Juiz Singular não está a merecer qualquer reparo***

*Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, mantenho a reprimenda no patamar de três (03) anos e seis (06) meses de reclusão, além do pagamento de dezoito (18) dias-multa, à razão de um trinta avos (1/30) do salário-mínimo vigente ao tempo do fato, patamar este que, diga-se de passagem, se revela comedido e razoável.*

[...]

***- Delito de furto qualificado tentado (ocorrido no dia 04 de junho de 2017).***

*Na primeira fase, analisando as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, o MM. Juiz Singular considerou como desfavoráveis ao acusado os seus antecedentes criminais e as consequências do delito, nos seguintes termos:*

*"(..) Antecedentes Criminais: possuindo o acusado mais de uma condenação definitiva por crime anterior - exatamente cinco ao todo (certidão de f. 118/119), todas com trânsito em julgado anterior ao fato aqui praticado, tenho que quatro delas podem ser utilizadas para configurar os maus antecedentes, sendo que a quinta prevista servirá para caracterizar a reincidência, descabendo se falar em bis in idem. Desse modo, esta circunstância deve ser valorada em desfavor do réu. (...) **As consequências foram graves, afetando inúmeras pessoas que utilizam as vias públicas do referido trevo, de inegável importância para a coletividade.**" (f. 150-verso/151).*

*Com essas considerações, a pena-base foi fixada em patamar superior ao mínimo legal, isto é, em três (03) anos e seis (06) meses de reclusão, além do pagamento de dezoito (18) dias-multa, à razão de um trinta avos (1/30) do salário-mínimo vigente ao tempo do fato.*

*A reprimenda não merece reparo.*

[...]

*Relativamente às **consequências** do delito, registro que, conforme já ressaltei anteriormente, o fato de a res furtiva não ter sido restituída é circunstância que deve ser considerada em desfavor do autor da infração penal, sobretudo porque a perda do patrimônio não é elemento imprescindível para a caracterização do delito de furto, já que exige a Lei apenas a 'subtração da coisa alheia móvel', conforme exegese do art. 155 do CP.*

***Deste modo, entende-se que, no presente caso - justamente em razão de a res furtiva não ter sido reintegrada ao patrimônio público - as consequências do delito podem e devem ser sopesadas em desfavor do apelante, de modo que a pena-base aplicada pelo MM. Juiz Singular não está a merecer qualquer reparo***

*Assim, na primeira fase da dosimetria da pena, mantenho a reprimenda no patamar de três (03) anos e seis (06) meses de reclusão, além do pagamento de dezoito (18) dias-multa, à razão de um trinta avos (1/30) do salário-mínimo vigente ao tempo do fato, patamar este que, diga-se de passagem, se revela comedido e razoável.*

Como se vê, no tocante ao desvalor atribuído às consequências do delito, a fundamentação esposada pelo Tribunal *a quo* está em descompasso com o entendimento desta Corte Superior, fixada no sentido de que o fato de não ter havido restituição da *res furtivae* à vítima é elemento integrante do tipo – furto – e, por via de consequência, é motivação inidônea para a exasperação da pena-base sob esse aspecto.

A propósito:

*"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. FURTO QUALIFICADO. DESVALOR ATRIBUÍDO ÀS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME PELA NÃO RESTITUIÇÃO DO BEM FURTADO. ELEMENTO ÍNSITO AO TIPO PENAL. AFASTAMENTO. NECESSIDADE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. CONTAGEM DO PRAZO. COMANDO NORMATIVO CONTIDO NO ART. 110, § 1.º, DO CÓDIGO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. O fato de não ter havido restituição da res furtivae à vítima é elemento integrante do tipo - furto - e, por conseguinte, é motivação inidônea para a exasperação da pena-base por valoração negativa do vetorial consequências do crime.*

[...]

*3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1.757.377/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 20/05/2019)*

*"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DOSIMETRIA DA PENA. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME E PERSONALIDADE. PENA-BASE. MÍNIMO LEGAL. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.*

[...]

*2. 'A não devolução, à vítima, dos bens furtados é elemento intrínseco do tipo penal do crime de furto, de maneira que não pode ser utilizado para justificar a exasperação da pena-base a título de circunstância judicial negativa (consequências do crime)' (AgRg no Ag 1.139.707/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 30/06/2016, DJe 01/08/2016).*

[...]

*4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1.622.308/ES, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 06/10/2017.)*

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FURTO QUALIFICADO. PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. NÃO DEVOLUÇÃO DAS RES FURTIVAE. ELEMENTO INTRÍNSECO DO TIPO PENAL. MAUS ANTECEDENTES. INSTRUMENTO DEFICIENTE. QUALIFICADORA SOBEJANTE. USO COMO AGRAVANTE. POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 83 DO STJ. SUBSTITUIÇÃO. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.*

[...]

*2. A não devolução, à vítima, dos bens furtados é elemento intrínseco do tipo penal do crime de furto, de maneira que não pode ser utilizado para justificar a exasperação da pena-base a título de circunstância judicial negativa (consequências do crime).*

[...]

*6. Agravo regimental provido parcialmente, para reduzir a pena do réu a 3 anos e 9 meses de reclusão e 38 dias-multa." (AgRg no Ag 1.139.707/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 30/06/2016, DJe 01/08/2016.)*

Fixadas essas premissas, passo a redimensionar as penas aplicadas ao ora

Recorrente:

**1) Delito de furto qualificado consumado (ocorrido no dia 30 de maio de**

2017).

1.<sup>a</sup> Fase – Afastada a valoração negativa das consequências do crime e mantido o desvalor atribuído aos antecedentes, fixo a pena-base em 2 (dois) anos e 9 (nove) meses de reclusão e 14 (quatorze) dias-multa;

2.<sup>a</sup> Fase – Conforme delineado na sentença e no acórdão recorrido, não há atenuantes a sopesar e incide a reincidência no patamar de 1/6 (um sexto). Portanto, as sanções intermediária são de 3 (três) anos, 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 16 (dezesesseis) dias-multa; e

3.<sup>a</sup> Fase – De acordo com o consignado pelo magistrado de primeiro grau e pelo Tribunal de origem, não há causas de aumento ou diminuição de pena a considerar. Assim, as reprimendas são fixadas em 3 (três) anos, 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 16 (dezesesseis) dias-multa.

## **2) - Delito de furto qualificado tentado (ocorrido no dia 04 de junho de 2017).**

1.<sup>a</sup> Fase – Afastada a valoração negativa das consequências do crime e mantido o desvalor atribuído aos antecedentes, fixo a pena-base em 2 (dois) anos e 9 (nove) meses de reclusão e 14 (quatorze) dias-multa;

2.<sup>a</sup> Fase – Conforme delineado na sentença e no acórdão recorrido, foram reconhecidas a confissão espontânea e a reincidência, as quais foram integralmente compensadas. Portanto, as sanções intermediárias permanecem as mesmas antes mencionadas; e

3.<sup>a</sup> Fase – De acordo com o consignado pelo magistrado de primeiro grau e pelo Tribunal de origem, não há causas de aumento de pena a considerar. Entretanto, incide a prevista no inciso II do art. 14 do Código Penal, à razão de 1/3 (um terço). Assim, as reprimendas são fixadas em 1 (um) ano e 10 (dez) meses de reclusão e 9 (nove) dias-multa.

Reconhecida pelas instâncias ordinárias a continuidade delitiva (art. 71 do Código Penal), a maior das penas impostas ao Acusado sofreu recrudesimento no patamar de 1/6 (um sexto). Nessas condições, **as sanções definitivas ficam estabelecidas em 3 (três) anos, 8 (oito) meses e 27 (vinte e sete) dias de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 18 (dezoito) dias-multa, no mínimo legal.**

Ante o exposto, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de afastar o desvalor atribuído às consequências do delito e redimensionar as reprimendas impostas ao Recorrente aos patamares consignados nesta decisão. Mantidas as demais cominações fixadas pelas instâncias ordinárias.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora